

# Sumário

Apresentação .....	9
Devido processo administrativo sancionador no sistema financeiro nacional .....	13
<b>Fábio Medina Osório</b> .....	13
1 ✖ Considerações gerais sobre direito sancionador e o sistema financeiro nacional .....	13
2 ✖ Devido processo administrativo sancionador e garantias processuais .....	17
2.1 Nulidade da peça acusatória por ausência de indicação da norma jurídica violada e da conduta proibida .....	18
2.2 Infrações de natureza grave: fundamentação .....	25
2.3 Nulidade da decisão por incongruência na motivação entre o ato acusatório e o ato punitivo .....	34
Conclusão .....	38
Breve reflexão sobre os caminhos do direito administrativo sancionador português .....	41
<b>António Cluny</b> .....	41
1 Introdução .....	41
2 O regime geral das contra-ordenações previsto no Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de Outubro .....	49
2.1 Das regras gerais do processo de contra-ordenação p. no Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro .....	53
3 A especial incidência do direito administrativo sancionador nas áreas da actividade económica e financeira; o caso especial do código de valores mobiliários .....	63
4 O tribunal de contas, a responsabilidade financeira e, em especial, a responsabilidade sancionatória, como ramo específico do direito administrativo sancionador .....	75
4.1 As duas vertentes da responsabilidade financeira .....	77
4.2 A responsabilidade sancionatória .....	79
5 A culpa no direito administrativo sancionador e, em particular, no direito financeiro .....	85
6 Conclusão .....	91
A (ir)responsabilidade penal da pessoa jurídica – Incompatibilidades dogmáticas .....	95
<b>Cezar Roberto Bitencourt</b> .....	95
1 Considerações preliminares .....	95
2 Antecedentes históricos .....	97

2.1	O Direito Romano .....	97
2.2	Os glosadores .....	98
2.3	Os canonistas .....	99
2.4	Os pós-glosadores .....	101
3	Incompatibilidades dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	103
3.1	Função do Direito Penal.....	104
3.2	A (in)capacidade de ação da pessoa jurídica .....	105
3.3	A (in)capacidade de culpabilidade das pessoas jurídicas .....	110
3.4	Criminalidade moderna e Direito Administrativo Sancionador ..	112
4	Responsabilidade penal da pessoa jurídica à luz da Constituição Federal .....	116

Distribuição Disfarçada de Lucros nas instituições financeiras – Uma análise crítica .....	125
--	-----

<b>José Andrés Lopes da Costa</b> .....	125	
1	Exposição do problema .....	125
2	Distribuição Disfarçada de Lucros em Direito Tributário .....	129
3	Distribuição Disfarçada de Lucros na Lei do Colarinho Branco (Lei nº 7.492/86) .....	136
4	Distribuição Disfarçada de Lucros à luz da Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595/64) .....	139
5	Conclusão .....	157

Regulação e antitruste no setor bancário: uma hipótese de lacuna normativa .....	159
--	-----

<b>Luciano de Faria Brasil</b> .....	159	
1	Introdução .....	159
2	Mercado financeiro e legislação antitruste.....	161
2.1	O mercado financeiro e sua evolução no Brasil .....	161
2.2	O marco regulatório no setor bancário: regulação prudencial...	165
2.3	Regulação e defesa da concorrência .....	168
2.4	A defesa da concorrência: políticas de conduta e políticas de estrutura .....	169
3	A aplicação das regras antitruste ao setor bancário .....	170
3.1	O problema da competência .....	170
3.2	O projeto de lei complementar .....	178
3.3	Atos de concentração e atividade administrativa .....	183
3.4	A lacuna legal e regulamentar .....	185
3.5	Invalidade dos atos administrativos praticados sem procedimento adequado .....	187
4	Conclusão .....	188
Referências .....	189	

A associação entre o ilícito administrativo e o ilícito penal no exemplo do crime de evasão de divisas .....	191
<b>Luciano Feldens, Andrei Zenkner Schmidt</b> .....	191
1 Notas introdutórias .....	192
2 O atual regime cambial brasileiro .....	194
3 As hipóteses típicas do art. 22 da Lei nº 7.492/86: sua problematização dogmática em face das diretrizes da política cambial contemporânea .....	199
3.1 O tipo penal do artigo 22, <i>caput</i> , da Lei nº 7.492/86 .....	200
3.1.1 Objetividade jurídica .....	200
3.1.2 Conduta típica .....	202
3.1.3 Operações de câmbio .....	203
3.1.4 Ausência de "autorização legal" para a operação de câmbio ....	205
3.1.5 O significado de "divisas" .....	205
3.1.6 O significado de "evasão" .....	207
3.1.7 Finalidade especial do injusto .....	208
3.2 O tipo penal da primeira parte do parágrafo único do art. 22 ..	208
3.2.1 Objetividade jurídica .....	209
3.2.2 Conduta típica .....	209
3.2.3 Saída de moeda ou divisa "sem autorização legal" .....	210
3.2.4 Moeda ou divisas .....	211
3.3 O tipo penal da segunda parte do parágrafo único do art. 22 ..	211
3.3.1 Objetividade jurídica .....	212
3.3.2 Conduta típica .....	212
3.3.3 Repartição federal destinatária da declaração .....	213
3.3.4 Limites legais da declaração .....	219
4 Problemática .....	221
4.1 Evasão de divisas através de câmbio manual: as transferências internacionais de moeda nacional ou estrangeira em espécie ...	221
4.1.1 Parâmetros normativos em vigor para as transferências internacionais em espécie .....	221
4.1.2 O simples porte ou aquisição de moeda estrangeira no Brasil, por si só, não constitui crime .....	225
4.2 Evasão de divisas através de câmbio sacado: as transferências internacionais de moeda nacional por contas de pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior ("contas CC5") .....	227
4.2.1 "Evasão de divisas" não se confunde com "saídas de recursos do País" ou com "disponibilidades no exterior" .....	227
4.2.2 Transferências internacionais em reais nas contas "de instituições financeiras" por conta e ordem de terceiro: a sistemática anterior e posterior ao RMCCI .....	230
5 A decisão administrativa sobre a (in)ocorrência do ilícito cambial: implicações sobre a esfera criminal .....	232

Inconstitucionalidade da aplicação de sanções políticas em razão de débito tributário .....	235
<b>Luís Roberto Barroso, Ana Paula de Barcellos</b> .....	235
1 Introdução .....	235
2 Inconstitucionalidade das chamadas “sanções políticas” em matéria tributária. Invalidez do §6º, do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.593/77 .....	237
3 Garantias inerentes ao devido processo legal administrativo. Insuficiência do procedimento previsto pelo Decreto-Lei nº 1.593/77 .....	248
4 Conclusão .....	253
 A tipicidade no Direito Administrativo Sancionador: <i>Balada de la Justicia y la Ley</i> .....	255
<b>Luiz Fernando de Freitas Santos</b> .....	255
1 Descrição do problema .....	256
2 A doutrina do Direito Administrativo .....	259
3 As leis em vigor no Brasil .....	263
4 A questão da norma em branco .....	269
5 Discricionariedade e arbítrio .....	271
6 A jurisprudência .....	273
7 Uma tentativa de identificar a origem do problema .....	274
8 Conclusões .....	279
 Termo de compromisso no processo administrativo sancionador do Banco Central: possibilidade e limites .....	281
<b>Ricardo Villas Bôas Cueva</b> .....	281
1 Introdução .....	281
2 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) .....	283
3 Compromisso de cessação de prática na Lei nº 8.884/94 .....	287
4 Termo de compromisso de competência da CVM .....	296
5 Possibilidade e limites de um termo de compromisso no Banco Central .....	302
6 Conclusão .....	308

